

# *Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua*

**Luiz Francisco Dias**

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - Brasil

## **Resumo**

Para produzir especificidade ao conceito de enunciação no trabalho com a gramática, reformulam-se aspectos da relação entre plano da organicidade e plano do enunciável, como suporte teórico das reflexões sobre sintaxe do complemento verbal.

**Palavras-chave:** enunciação - gramática - sintaxe do complemento verbal

## **Abstract**

In order to confer specificity to the concept of enunciation in grammar, some aspects concerning the relation between the organizing and the enunciatory dimensions are redefined as a means of lending theoretical support for the reflections regarding the syntax of verbal complement.

**Key words:** enunciation - grammar - verbal complement

## Introdução

Dentre os textos que marcaram a obra de Benveniste, “O aparelho formal da enunciação”, artigo publicado originalmente em 1970 na França, e em 1989 no Brasil, ainda guarda detalhes a serem explorados. Efetivamente, pela densidade do texto, vários aspectos merecem ser revisitados. Por esse caminho, podemos encontrar melhores ângulos de apreciação da língua, através do primado da enunciação, como previu Benveniste. No presente trabalho, vamos abordar a relação entre enunciação e gramática. Tomaremos como nosso principal ângulo de apreciação a distinção que o autor faz no início de seu artigo entre *condições de emprego das formas* e *condições de emprego da língua*. Quanto à abordagem teórica adotada por Benveniste, vamos efetivamente tomar a enunciação como condição básica para refletir sobre a língua. No entanto, vamos desenvolver aspectos da dimensão enunciativa que talvez escapem aos parâmetros da abordagem desenvolvida no conjunto do pensamento de Benveniste.

Inicialmente, vamos apresentar a distinção entre condição de emprego das formas e condição de emprego da língua, acima referida. Logo após, daremos uma formulação ao conceito de enunciação, explorando aspectos do estudo da referência a partir desse conceito. E no sentido de produzir uma especificidade ao conceito de enunciação no trabalho com a gramática, formularemos aspectos da relação entre plano da organicidade e plano do enunciável. Concentraremos aqui o suporte teórico das nossas reflexões sobre a sintaxe do complemento verbal. Finalmente, vamos trabalhar com a diferença entre predicação centrada e predicação dirigida, focalizando a transitividade verbal, na ótica de uma semântica da enunciação.

### 1 Uma distinção básica

Segundo Benveniste, o “emprego das formas” está relacionado às regras que fixam as condições pelas quais as formas podem ou devem aparecer. Uma breve análise do lugar sintático objeto direto pode nos mostrar isso que Benveniste denominou de condições de emprego das formas.

- (1) Paulo fez a moldura do quadro
- (2) Carlos fez uma cara de inocente...
- (3) Sandra fez seguro de vida
- (4) Sofia fez uma leitura original de Dom Casmurro

As ocorrências de (1) a (4) contêm sentenças com o verbo *fazer*. Na análise sintática, os trechos destacados indicam a ocorrência do objeto direto. O que nos levou a essa afirmação? Em outros termos, qual a condição para que tenhamos objeto direto numa sentença? Talvez pudéssemos dizer algo como o seguinte: se uma parte da sentença expressa o resultado da ação verbal, podemos destacar essa parte como objeto direto na sentença. Parece que temos uma razoável segurança para dizer que, em (1), “a moldura do quadro” seja efetivamente o resultado da ação que se realizou com o verbo *fazer*. Talvez não tenhamos a mesma certeza quando avançamos de (2) para (4). Com efeito, se uma moldura de quadro é algo que se apresenta aos nossos sentidos como algo concreto, bem delineado, como algo que passou a existir após a ação expressa pelo verbo, um seguro de vida ou uma leitura original de um livro não se deixam apreender com a mesma capacidade de delineamento, na condição de resultado da ação do verbo. Certamente, contribui para essa incerteza o fato do verbo *fazer* apresentar amplas variações de significação. Uma rápida consulta ao dicionário nos forneceria uma indicação dessa abundância de trajetórias de significação que se alojam no verbo *fazer*. Voltaremos a explorar essa questão no presente texto.

Vimos um dos elementos que poderia funcionar como condição para a ocorrência de objeto direto. Mas, além do problema levantado acima, nem todos os verbos expressam ação.

- (5) Pedro sentiu medo
- (6) Sofia quer justiça

Nessas ocorrências, não podemos conceber o objeto como resultado da ação expressa pelo verbo, justamente porque os verbos *sentir* e *querer* não são verbos de ação.

Podemos, no entanto, levantar elementos de ordem morfológica como condição de emprego das categorias lingüísticas. Ainda no âmbito da transitividade verbal, um dos elementos de base para a ocorrência do objeto direto é a constituição de um sintagma nominal ou pronominal. Isso significa que o núcleo do sintagma que constitui o objeto direto é um substantivo ou um pronome. Efetivamente, nas ocorrências de (1) a (6), temos substantivos (*moldura, cara, seguro, leitura, medo e justiça*) como núcleos dos sintagmas “a moldura do quadro”, “uma cara de inocente”, “um seguro de vida” e “uma leitura original de Dom Casmurro”, respectivamente. Em (5) e (6), os sintagmas com função objeto se constituem unicamente dos seus núcleos. Em (7B), abaixo, o núcleo do sintagma é constituído por um pronome (*elas*):

- (7) A. Paulo fez estas molduras. E quem fez aquelas?  
B. Paulo fez todas elas.

Se essa é uma condição para a ocorrência de um objeto direto, teríamos que concentrar esforços na explicação de ocorrências como estas:

- (8) Sofia fez bonito na festa  
(9) Marlene fez muito por Carla

Ocorrências como essas são desafiadoras para aquelas que circunscrevem a sua análise apenas nas condições de emprego das formas. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Podemos ainda vislumbrar uma outra condição para a ocorrência de objeto direto: a não concordância com o verbo. Vejamos:

- (1a) Paulo e Roberto fizeram a moldura do quadro  
(2a) Carlos e Marlene fizeram uma cara de inocente...  
(3a) Sandra e Renan fizeram seguro de vida  
(4a) Sofia e Pedro fizeram uma leitura original de Dom Casmurro

Como podemos observar, os verbos nas ocorrências de (1a) a (4a) estão

no plural, manifestando concordância com os sintagmas que os precedem. Por sua vez, os sintagmas em destaque, ocupando lugar de objeto direto, **não são afetados** pela variação de número ocorrida na forma verbal, que desencadeia o fenômeno da concordância. Porém, é preciso que ressaltemos o seguinte: essa condição não se aplica apenas ao objeto direto.

(1b) Paulo e Roberto fizeram a moldura do quadro no ateliê de Pedro

O sintagma “no ateliê de Pedro” não se configura como objeto direto, e também não manifesta concordância com a forma verbal. Nesse caso, a determinação do sintagma pela preposição “em” será uma condição essencial para a configuração desse sintagma como adjunto adverbial.

Vimos alguns aspectos relativos àquilo que Benveniste denominou de condições de *emprego das formas*, através da focalização do objeto direto. Vejamos agora aspectos do que ele denominou de *condições de emprego da língua*.

Segundo Benveniste, o emprego da língua está relacionado a um “mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido” (p. 82). O fenômeno a que ele se refere é a **enunciação**, ou seja, o fato de se “colocar em funcionamento a língua”. Se o emprego das formas é algo relativo unicamente à constituição orgânica da língua, o emprego da língua é algo constituído na relação entre o locutor e a língua. Essa relação, no entender de Benveniste, produz marcas lingüísticas, que ele denominou de “caracteres lingüísticos da enunciação”. Por isso, ele trabalhou o conceito de enunciação no aparelho formal da realização da língua, a qual, para Benveniste, só é realizada quando “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” (p. 84). Os pronomes pessoais e demonstrativos, os advérbios de tempo e lugar, os tempos verbais, adquirem o estatuto de “indivíduos lingüísticos”, pois nascem de uma enunciação, isto é, “são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida, e cada vez eles designam algo novo” (p. 85). Ainda nos termos de Benveniste, “o ‘eu’, o ‘aquele’, o ‘amanhã’ da descrição gramatical não são senão os ‘nomes’

metalingüísticos de *eu, aquele, amanhã* produzidos na enunciação” (p. 86). Esses indivíduos lingüísticos, constitutivos do aparelho formal da língua, denunciam a presença do locutor em sua própria enunciação, e dessa forma acolhem um centro de referência interno, ou seja, através desse aparelho, podemos flagrar a apreensão da língua pelo locutor, que assim pode se referir a si mesmo, ao seu interlocutor, ao tempo e ao espaço da enunciação, etc. Por isso, Benveniste afirma que a referência é parte integrante da enunciação.

Além de ser diretamente responsável pelas classes de signos aludidas acima, que ela “promove à existência”, a enunciação atua em outro nível da língua. Nos termos de Benveniste, “além das formas que comanda, a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (p. 86). Nesse ponto do texto, Benveniste não desenvolveu os aspectos que envolvem toda a complexidade da sua afirmação. E é nesse ponto que vamos centrar as nossas reflexões sobre a função sintática “objeto direto”. Antes disso, vamos trabalhar sucintamente a relação entre enunciação e referência.

## 2 Enunciação e referência

O problema da referência adquire um papel importante no nosso trabalho. Especificamente, vamos partir da hipótese de que a constituição da referência não é algo da relação entre a linguagem e o real, e nem algo restrito ao gesto singular do sujeito na locução. Nesse aspecto, a nossa abordagem produz um redimensionamento da idéia de Benveniste, relativa à apreensão da língua pelo indivíduo, como vimos acima. Na nossa perspectiva, a referência se constitui na relação entre o acontecimento do dizer e o domínio histórico da constituição desse acontecimento (Guimarães, 1995). A enunciação, portanto, é concebida, nessa abordagem, a partir da relação entre o presente do acontecimento do enunciado e as condições históricas que o sustentam. O fato de assumir um lugar de sujeito nesse domínio histórico permite a ele (sujeito) igualmente assumir perspectivas de constituição de recortes de significação. Assim, o objeto referido é, antes de tudo, um objeto constituído no gesto de significação, isto é, um objeto historicamente delimitado no acontecimento enunciativo.

Tendo em vista esse quadro, trabalhamos com a idéia segundo a qual a

constituição do lugar sintático denominado de objeto direto se desenvolve numa dimensão mais ampla do que aquela constituída pelo campo lexical do verbo. Dentre os elementos que compõem o fenômeno da ocorrência de objeto numa sentença, o verbo tem certamente um papel importante, pois é a partir dele que se projeta um lugar para esse objeto. Mas há um outro lado importante do fenômeno: os domínios de referência na ocupação desse lugar. Na nossa concepção, o lugar de objeto é um dos lugares de configuração de referência. O sujeito gramatical também se constitui num lugar de referência<sup>1</sup>. No entanto, diferentemente do lugar do sujeito, uma das especificidades do lugar do objeto está no fato de que ele é projetado pelo verbo. Mas é preciso ressaltar aqui que a idéia de configuração de referência não significa que esse lugar de objeto tenha como contraparte uma entidade extralingüística, vale dizer, isto não significa que a constituição de um lugar de objeto é produzida por uma orientação a um objeto do real. E como se constitui então a referência? O verbo projeta um lugar, ou seja, um espaço no interior do qual se constitui um domínio de referência. O objeto, enquanto forma lingüística, é um recorte de significação historicamente delimitado que ganha uma forma na língua através desse lugar projetado. Assim, o domínio de referência é algo da relação entre um recorte determinado pelas condições históricas do acontecimento e uma injunção desse recorte ao lugar específico de configuração da forma lingüística.

Isso nos permite conceber o campo da sintaxe a partir de dois planos: o plano da organicidade e o plano do enunciável.

O *plano da organicidade* não é autônomo, porque a materialidade lingüística não tem uma base primária de identidade física. Um objeto como um lápis, por exemplo, tem uma base de identidade na sua própria dimensão. Isso não significa que essa dimensão é independente da dimensão simbólica. Mas a dimensão simbólica, neste caso, é projetada da dimensão material. Os “objetos lingüísticos”, ao contrário, não ganham identidade a partir de uma projeção da sua dimensão material. Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir da sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses “objetos” ganham identidade.

O *plano do enunciável* é, por sua vez, regulado pelo discurso, que arregimenta as forças de representação simbólica (de natureza histórica). O sentido do termo “enunciável” no nosso estudo está agregado à concepção de enunciação formulada acima. Nessa direção, o plano do enunciável diz respeito às instâncias nas quais o dizer ganha pertinência. Essas instâncias correspondem a diferentes extratos no campo da memória, vale dizer, diferentes domínios de referência na enunciação.

O fato lingüístico, portanto, é definido a partir da tensão entre uma estabilidade da unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de referência a ser representado, de um outro.

A noção de lugar sintático que preside a nossa abordagem apresenta traços que a torna diferente das noções correntes em abordagens formalistas e funcionalistas. Nessas vertentes, os lugares sintáticos são sustentados, seja pelas marcas flexionais (no caso do sujeito), ou pelos traços sintáticos infundidos no verbo enquanto item lexical (no caso do objeto), seja pelas projeções de natureza argumental oriundas da significação do verbo. Na nossa abordagem, os lugares sintáticos seriam sustentados pela constituição orgânica da sentença, projetada a partir das regularidades de domínios de referência, e pelas condições enunciativas de ocupação desses lugares (cf. Dias, 2002, 2003 e 2005).

### **3 Objeto direto: o problema da completude e da necessidade**

As gramáticas tradicionais, e mesmo as não tradicionais, geralmente explicam a presença de objeto direto pela via da incompletude do significado do verbo. Nas gramáticas tradicionais, o objeto direto aparece na sentença pela determinação de um verbo transitivo direto, isto é, um verbo que não possui sentido completo. Mas encontramos também algumas tentativas de mudança nessa direção. Na 37ª edição da gramática de Bechara, publicada em 1999, encontramos uma perspectiva diferente daquela que prega a incompletude de significado como explicação para a presença de objeto sintático. Nesta nova edição, o verbo transitivo não é “deficitário” de sentido. Ao invés disso, Bechara propõe hoje a seguinte explicação:



Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da extensão semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam argumentos ou complementos verbais (...) os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de transitivos (p. 414-5).

Dessa forma, ao invés do “déficit”, aparece aqui uma perspectiva de “superávit” de sentido no tratamento da transitividade verbal. Apesar disso, o problema da completude não é resolvido. No exemplo de Bechara “o porteiro *viu o automóvel*” (p. 415), “o automóvel” delimitaria o sentido do verbo “ver”. Bechara diria então que, através do objeto “o automóvel”, expressamos uma realidade específica, concreta. O objeto funcionaria aqui como delimitador semântico verbal, e não como termo que completa o significado do verbo. No entanto, Bechara continua a chamar esse termo-objeto de “complemento” verbal, afirmando que os verbos transitivos diretos “necessitam” dessa delimitação semântica. Tanto a noção de complemento quanto a noção de necessidade religam a transitividade ao tema da completude. Afinal, como explicar o enunciado “esse porteiro não vê à noite”? Temos aqui o mesmo verbo, agora sem o delimitador semântico, mas operando num enunciado perfeitamente amparado no efeito da completude. Estando o delimitador semântico submetido aos conceitos de complementação e de necessidade, enunciados como esse último ainda constituem em entraves para os gramáticos. Os conceitos de *complementação* e *necessidade* continuam imperando nos estudos da transitividade. Por sua vez, na maioria das gramáticas que operam sob uma perspectiva funcionalista, o objeto é considerado um argumento também previsto pelo verbo. Embora a noção de completude não apareça nessa perspectiva, a noção de necessidade ainda continua ativa, tendo sempre o verbo como fonte do fenômeno da transitividade.

Contudo, numa análise apurada em gramáticas antigas publicadas no Brasil, encontramos uma tentativa de deslocamento da abordagem da transitividade centrada no verbo. Trata-se da Grammatica Descriptiva, de Maximino Maciel, publicada em 1894, em sua primeira edição. Ele não aborda a incompletude a

partir da órbita da significação verbal, mas da participação do verbo na predicação. Dessa forma, em “Todos os homens estimam grandemente o ouro e a prata” (p. 278), “o ouro e a prata” são palavras que exercem funções objetivas. Maciel entende por função objetiva “a palavra ou expressão a que se transmite imediata ou mediatamente a acção do verbo de predicação incompleta” (p. 280). Dessa forma, o verbo não se constitui incompleto na significação. Na perspectiva de Maciel, ele integra um predicado que projeta um termo de função objetiva. O verbo *estimar*, no exemplo acima, participa de um predicado “integralizado por objeto direto”. Nesse aspecto, a incompletude não é algo da significação do verbo, mas da sua condição de participante de um predicado que requer um objeto para integralização. Em outros termos, há um dizer sobre o sujeito (predicado) que só se constitui plenamente com a presença do objeto. Nada impede que o verbo *estimar* possa participar de um predicado que não requeira objeto, como “Quem estima, recebe bem”, ou “Quem estima, respeita o outro”. Nesse caso, com o mesmo verbo (*estimar*), podemos ter, na terminologia de Maciel, predicados que só se mostram completos com a presença do termo de função objetiva (como “o ouro e a prata”), e predicados que se constituem sem o termo de função objetiva, sem prejuízo da completude, como nos dois exemplos acima. Desse modo, é na ótica da *predicação*, e não apenas do verbo, que Maciel insere a questão da incompletude. Isso possibilita a ele produzir um capítulo na gramática dedicado ao fenômeno da “transpredicação”, que é definido como uma mudança no conceito do verbo. Quando um verbo que participa de uma predicação completa aparece num enunciado sem objeto, é porque esse verbo “subjativou-se” (Maciel. p. 408). Pelo fato de adquirir um sentido geral (subjativar) o verbo não precisa de objeto, como em “Por isso bem fazem os verdadeiros liberais, celebrando públicas e numerosas reuniões” (idem). Nesse caso, a predicação “fazem bem”, apesar de abrigar o verbo *fazer*, é uma predicação “completa”, mesmo sem a presença de um termo de função objetiva. Portanto, na gramática de Maximino Maciel, podemos perceber os traços de um espaço para pensar a completude fora do lugar sedimentado em que se assentam as outras gramáticas.

#### 4. Enunciação e sintaxe: o objeto direto em questão

Analisaremos agora com mais detalhes o fenômeno que Maciel denominou de “transpredicação”. Estaremos dessa forma submetendo a questão da transitividade a uma abordagem enunciativa da predicação. Sendo um dizer orientado para o sujeito gramatical, a predicação se situa numa órbita mais ampla do que aquela circunscrita pelo verbo. A nossa hipótese inicial é a de que temos dois tipos de predicação: predicação dirigida e predicação centrada. A **predicação dirigida** ocorre quando ela é orientada para um objeto. E a **predicação centrada**, por sua vez, ocorre quando ela orienta para o verbo a direção da significação, não produzindo a necessidade do objeto. Vejamos o quadro abaixo:

VERBO	EXEMPLO	PREDICAÇÃO DIRIGIDA	PREDICAÇÃO CENTRADA
ALUGAR	Pedro alugou <u>o apartamento</u> e deixou a cidade	X	
	Essa imobiliária aluga mais do que vende		X
VISITAR	Paulo visitou a <u>irmã</u> no hospital	X	
	Esse é o tipo de turista que visita muito e gasta pouco		X
OBSTRUIR	O partido de Marcos obstruiu a <u>sessão da Câmara</u> nesta manhã	X	
	Hoje o PT obstrui menos e vota mais		X
PORMENORIZAR	“Ele contou à polícia o que sabia, pormenorizando <u>tudo que podia lembrar</u> ” (Houaiss)	X	
	“Narrou por alto, sem pormenorizar” (Houaiss)		X
JACTAR-SE/ JACTANCIA-SE	“Jactancia-se de um Portinari recém-comprado” / “Pouco faz, na verdade, mas nunca deixa de jactar-se” (Houaiss)	X	
	—		
DESCER	Pedro desceu pela escada		X
	Pedro desceu <u>a mala</u> de cima do armário e a entregou para João	X	
ACABAR	O noivado de Carlos acabou		X
	Carlos acabou <u>o noivado</u>	X	
SORRIR	Maria sorriu muito hoje		X
	“Sorriu <u>o seu melhor sorriso</u> ” (Houaiss)	X	
MORRER	Che Guevara morreu precocemente		X
	Pedro morreu <u>uma morte sofrida</u>	X	

VERBO	EXEMPLO	PREDICAÇÃO DIRIGIDA	PREDICAÇÃO CENTRADA
FALECER	Pedro faleceu no dia de Natal		X
	_____		
PERECER	“Muita gente pereceu no incêndio” (Houaiss)		X
	_____		
PARLENGAR <sup>2</sup>	Quando se sentia pressionado, Marcos só parlengava		X
	_____		

O quadro apresenta uma pequena amostra de verbos do português com exemplos de ocorrências com objeto direto (configurando-se a predicação dirigida), e ocorrências sem objeto direto (configurando-se a predicação centrada). Observamos que sentenças produzidas com o verbo *jactar-se* (ou *jactanciar-se*) favorecem a predicação dirigida. Por sua vez, sentenças com os verbos *falecer*, *perecer* e *parlengar* favorecem a predicação centrada. Quando utilizamos o termo “favorecer”, estamos dizendo na verdade que as ocorrências historicamente produzidas, tendo esses verbos na sua composição, se concentraram apenas em um tipo de predicação. Na medida em que nos deslocamos da tipologia de verbos (verbos transitivos/verbos intransitivos) para a uma tipologia de predicação, estamos introduzindo o plano do enunciável nos estudos do fenômeno da transitividade. Nesse sentido, podemos observar uma regularidade importante: verbos com maior produtividade no plano do enunciável favorecem um maior domínio de referência, e podem ser afetados pela predicação centrada ou pela predicação dirigida (como *alugar*, *visitar*, *obstruir*, *descer*, *acabar*, *sorrir* e *morrer*). O verbo *pormenorizar* estaria no limite daquilo que estamos chamando de produtividade no plano do enunciável. Por outro lado, *jactar-se*, *perecer* e *parlengar* se situam na faixa de verbos que recebem poucas ocorrências de enunciação. O verbo *falecer* recebe mais ocorrências do que os três citados acima, mas ele ainda se situa numa faixa de uso erudito da língua. O verbo *morrer* é que se insere no plano do enunciável com maior capacidade de receber ocorrências.

Voltemos agora ao verbo *fazer*, justamente no ponto em que apresentávamos as condições de emprego das formas, no item (1) do presente artigo. Vimos que

este verbo aloja abundantes trajetos de significação. Na terminologia que estamos desenvolvendo agora, diríamos que ele se insere no plano do enunciável com uma grande capacidade de receber ocorrências com predicação centrada e com predicação dirigida. Ao mesmo tempo, encontramos sentenças como (8) e (9), que são desafiadoras para quem trabalha com a transitividade unicamente através da análise das condições de emprego das formas.

(8) Sofia fez bonito na festa

(9) Marlene fez muito por Carla

Essas duas ocorrências nos invocam a conceber uma orientação da predicação para um objeto, mas ele não se solidifica na categoria de substantivo, como regularmente acontece na predicação dirigida. O que denominamos de objeto é, na verdade, um lugar sintático que é ocupado na predicação dirigida, e não ocupado, na predicação centrada. Nos dois casos acima, a ocupação se deu por meio de dois termos (*bonito* e *muito*), que se configuram como palavras-âncora, que nos remeteriam ao domínio de referência do objeto, que se situa na memória, no plano do enunciável. No sentido de consolidar um pouco mais essa concepção, vejamos a sentença abaixo:

(10) Pedro fez isso e aquilo e não foi punido

Os pronomes *isso* e *aquilo* estabelecem a base da sua referência<sup>3</sup> num recorte de memória que poderia incluir “desvio de dinheiro público” ou “compra de votos”, por exemplo. Ao mesmo tempo, nesta relação entre o lugar do objeto e o domínio de referência, mediado pelos pronomes, produz-se um espaço de exclusão de referência. Em relação a esse espaço de exclusão, poderíamos dizer que, no domínio de referência considerado em (10), provavelmente não estariam incluídos “carinho no filho” ou “doação de parte do salário à Igreja”, por exemplo. Certamente, encontramos na sentença seguinte (*e não foi punido*) um certo suporte para a configuração desse domínio de referência. No entanto, em (11), poderíamos ter os mesmos recortes, mas com o mínimo de suporte na sentença seguinte:

(11) Pedro fez isso e aquilo e ninguém ficou sabendo

Há um aspecto importante a se considerar na concepção do domínio de referência. Está associada à configuração do recorte de memória uma submissão às dicotomias socialmente marcadas como ações positivas vs ações negativas. Dessa forma, podemos vislumbrar um conjunto de ações de valores negativos, em (12), e positivos em (13), como objetos passíveis de ocupação do lugar projetado pelo verbo *fazer*. Algumas vezes, a palavra-âncora já nos fornece uma pista mais precisa para se chegar ao domínio de ocupação que ampara os objetos de referência do lugar:

(12) Pedro fez bonito na reunião. Senti orgulho de ser amigo dele

(13) Paulo fez feio no palco. E o pior é que ainda foi aplaudido

Nesses casos, *bonito* e *feio* nos orientam diretamente, seja para o lado positivo (12), seja para o lado negativo (13), da dicotomia dos valores a serem considerados na configuração do domínio de referência.

Em contraste, o verbo *entalhar* apresenta possibilidades de significação muito mais restritas do que o verbo *fazer*. Vejamos:

(14) Paulo entalhou a moldura do quadro

(15) Paulo entalhou uma leitura original de Dom Casmurro

O verbo “entalhar” possibilitou ocorrências como (14), um uso bem previsível; diríamos que é um significado historicamente estabilizado. Já em (15), temos a exploração de um viés de significação desse uso estabilizado. Com efeito, se *entalhar* guarda em seus trajetos estabilizados de significação a idéia de esculpir, isto é, de realizar um trabalho artístico em material sólido, em (15), transporta-se dessa idéia o traço relativo ao esmero do trabalho artístico, ao se afirmar que “Paulo entalhou uma leitura original de Dom Casmurro”. Como resultado, temos um efeito de “transposição” de significado: do sólido da moldura passa-se ao abstrato da leitura, conservando-se no verbo *esculpir* o viés de significação que une as duas cenas.

Em suma, o verbo *fazer* se insere no plano do enunciável com grande capacidade de receber matizes de significação variados, devido à abrangência dos domínios de referência historicamente configurados na história das enunciações com esse verbo. Daí o fato de estar propício a participar de enunciados com predicação dirigida (como vimos nas ocorrências já apresentadas) e com predicação centrada (como em 16 e 17, abaixo).

(16) Quem sabe, faz

(17) Quem faz com Tigre, faz para sempre

Nesses casos, não há uma orientação do predicado, nem para um sintagma nominal, nem para uma palavra-âncora.

Assim, na medida em que nos afastamos da necessidade de classificar os verbos em transitivos ou intransitivos, segundo a completude ou incompletude de significação a ele inerente, podemos ampliar o campo de abordagem da transitividade, recorrendo às condições enunciativas de ocupação do lugar de objeto, segundo o grau de amplitude dos domínios de referência que se instalam no plano do enunciável. E isso é determinante para que tenhamos a possibilidade de predicação centrada e predicação dirigida.

### **Considerações finais**

Podemos retornar agora à afirmação de Benveniste segundo a qual “a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas”. A leitura que fizemos dessa afirmação passou pelo redimensionamento do campo de abordagem da transitividade para chegarmos às condições de configuração e ocupação da função sintática objeto direto. No plano da organicidade, ou seja, no plano das formas, o objeto direto é um lugar sintático projetado pelo verbo, e não recebe marcas de concordância. Mas é no plano do enunciável que se configuram as condições de ocupação desse lugar. É nesse plano que encontramos as condições de emprego da língua, justamente onde a referência ganha seus domínios na memória histórica que se instala na sentença como acontecimento enunciativo.

## Notas

<sup>1</sup> Em Dias (2002), trabalhamos uma distinção paralela: a formação do lugar do sujeito e as condições de materialização desse lugar.

<sup>2</sup> De acordo com o Houaiss, *parlengar* significa usar palavreado vazio.

<sup>3</sup> Este é o sentido exato de ancoragem que estamos desenvolvendo neste estudo.

## Referências Bibliográficas

ACHARD, P. Mémoire e production discursive du sens. In: *Histoire et linguistique*. Paris: Sciences de L'Homme, p. 235-241, 1984.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. - revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, p. 81-90, 1989.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, L. F. Énonciation et grammaire : le champ de production de grammaires dans le Brésil contemporain. In : GUIMARÃES, E. (org.) *Un dialogue atlantique*. Paris, ENS Editions, 2006 (no prelo).

DIAS, L. F. Problemas e desafios no campo de estudos da transitividade verbal. In: Saraiva, M. E. F. & Marinho, J. H. S. R. C. *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Poslin, p. 101-122, 2005.

DIAS, L. F. A sintaxe em novas dimensões. In: STUMPF, C. T. (org.) *Questões de lingüística*. Passo Fundo: UPF, p. 57-69, 2003.

DIAS, L.F. Fundamentos do sujeito gramatical: uma perspectiva da enunciação. In: ZANDWAIS, Ana (org.) *Relações entre pragmática e enunciação*. Coleção Ensaios. Porto Alegre: UFGS/Sagra Luzzatto, p. 47-63, 2002.

DIAS, L. F. Aspectos de uma gramática explicativa: a ocupação do lugar do objeto direto. *Textura*, Canoas, v. 5, p. 23-30, 2001.



GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 12. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.